

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: CONCEITOS, CONTRIBUIÇÕES E EFICÁCIA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Iraildes Maria Barbosa Reis¹
Selma Pereira Martins²
Zélia Maria Barbosa Lima³
Jeromice Moreira da Silva⁴

RESUMO: Este artigo tem como objetivo geral analisar e definir os conceitos fundamentais associados ao planejamento educacional, investigando sua contribuição para o alcance dos objetivos propostos pelas políticas públicas e avaliando sua eficácia na prática pedagógica. Os objetivos específicos buscam analisar e definir os conceitos fundamentais relacionados ao planejamento educacional, investigar a contribuição do planejamento educacional para o alcance dos objetivos estabelecidos pelas políticas públicas e avaliar a eficácia do planejamento educacional na prática pedagógica. Partindo da premissa de que o planejamento norteia e enriquece o trabalho de professores e pedagogos, este estudo busca compreender como os conceitos fundamentais do planejamento educacional influenciam o alcance dos objetivos delineados pelas políticas públicas e de que maneira essa influência se manifesta na eficácia do processo na prática pedagógica. Como os conceitos fundamentais do planejamento educacional contribuem para atingir os objetivos propostos pelas políticas públicas, e de que forma essa contribuição repercute na eficácia do processo na prática pedagógica? Os referenciais teóricos fundamentais incluem Piletti (1990), Lopes (1991), Vasconcellos (2006), Saviani (2010), entre outros, fornecendo uma base sólida para a análise e compreensão do papel do planejamento educacional. A metodologia adotada consistiu em um estudo de revisão teórica abrangendo planejamento educacional, políticas públicas e planejamento educacional na prática pedagógica. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi estruturada em duas etapas: uma pesquisa bibliográfica em bases de dados virtuais e a aplicação da técnica de análise, interpretação de dados e revisão bibliográfica da produção científica em educação. Os resultados indicam que o planejamento eficaz demanda intenções passíveis de realização, alinhando-se com o proposto. Estratégias planejadas desempenham um papel significativo no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo de maneira substancial para o alcance dos objetivos educacionais.

2009

Palavras Chaves: Planejamento educacional. Políticas públicas planejamento educacional na prática pedagógica.

¹Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES – Paraguai – PY.

²Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES – Paraguai – PY.

³Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES – Paraguai – PY.

⁴Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES – Paraguai – PY.

ABSTRACT: This article aims to analyze and define the fundamental concepts associated with educational planning, investigating its contribution to achieving the objectives proposed by public policies and evaluating its effectiveness in pedagogical practice. The specific objectives seek to analyze and define the fundamental concepts related to educational planning, investigate the contribution of educational planning to the achievement of goals established by public policies, and evaluate the effectiveness of educational planning in pedagogical practice. Assuming that planning guides and enriches the work of teachers and educators, this study seeks to understand how the fundamental concepts of educational planning influence the achievement of objectives outlined by public policies and how this influence manifests in the effectiveness of the process in pedagogical practice. How do the fundamental concepts of educational planning contribute to achieving the goals proposed by public policies, and how does this contribution impact the effectiveness of the process in pedagogical practice? Fundamental theoretical references include Piletti (1990), Lopes (1991), Vasconcellos (2006), Saviani (2010), among others, providing a solid foundation for the analysis and understanding of the role of educational planning. The adopted methodology consisted of a theoretical review study encompassing educational planning, public policies, and educational planning in pedagogical practice. The qualitative research was structured in two stages: a bibliographic search in virtual databases and the application of the technique of analysis, data interpretation, and bibliographic review of scientific production in education. The results indicate that effective planning requires achievable intentions that align with the proposed goals. Planned strategies play a significant role in the teaching-learning process, contributing substantially to the achievement of educational objectives.

2010

Keywords: Educational planning. Public policies. Educational planning in pedagogical practice.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do planejamento educacional no Brasil remonta ao início da década de 30, com a premissa de sua imprescindibilidade para a consolidação de ações almeçadas. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de flexibilidade, adaptação a estratégias possíveis, organização estatal e alinhamento com os interesses sociais. Este processo está intrinsecamente relacionado aos sistemas educacional, econômico, sociocultural e, sobretudo, político.

O ato de planejar é reconhecido como um processo vital e indispensável em todas as esferas da vida humana, visando conectar de forma íntima a intenção à realização. Contudo, para que o planejamento alcance eficácia, é crucial que as intenções apresentem probabilidades de realização, seguindo alinhadas ao proposto.

No âmbito educacional, a organização se desdobra em diversas dimensões, desde o escopo nacional até os planos de aulas. Trata-se de um processo contínuo, organizado e indispensável, com o propósito de atender às necessidades individuais e coletivas da sociedade. Esse processo pode ser compreendido em uma abordagem macro, atuando em nível governamental e vinculado diretamente às políticas públicas em esferas federal, estadual e municipal. Simultaneamente, assume uma perspectiva micro no nível escolar, onde preocupa-se tanto com o planejamento quanto com a avaliação.

Este artigo tem como objetivo geral analisar e definir os conceitos fundamentais associados ao planejamento educacional, investigando sua contribuição para o alcance dos objetivos propostos pelas políticas públicas e avaliando sua eficácia na prática pedagógica.

Investigar a contribuição do planejamento educacional para o alcance dos objetivos estabelecidos pelas políticas públicas é imperativo diante da relevância desse planejamento como instrumento mediador entre as demandas sociais e as metas educacionais delineadas pelos órgãos governamentais. Compreender essa relação é crucial para a construção de práticas pedagógicas alinhadas aos propósitos macroestruturais.

A avaliação da eficácia da organização pedagógica na prática pedagógica surge como uma etapa essencial para validar a pertinência e a efetividade desse processo no contexto educacional. O questionamento central, materializado na questão de pesquisa, visa investigar como os conceitos fundamentais do planejamento educacional não apenas se alinham aos objetivos das políticas públicas, mas também influenciam e repercutem na eficácia do ensino na prática pedagógica cotidiana.

Portanto, a presente pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundamento teórico e prático sobre o planejamento educacional, suas relações com as políticas públicas e sua efetividade na prática pedagógica. A resposta a essa questão de pesquisa não apenas contribuirá para a construção de um conhecimento mais embasado sobre o tema, mas também poderá fornecer subsídios relevantes para aprimorar estratégias de planejamento e implementação de políticas educacionais.

Essa pesquisa busca responder Como os conceitos fundamentais do planejamento educacional contribuem para atingir os objetivos propostos pelas políticas públicas, e de que forma essa contribuição repercute na eficácia do processo na prática pedagógica?

Nesse sentido a organização pedagógica, ao direcionar caminhos claros e conclusivos, visa atender às necessidades básicas da sociedade. Entretanto, a efetividade desse

planejamento depende dos esforços coletivos para sua implementação, indo além da criação de metas ou estratégias extraordinárias, demandando condições adequadas para sua consolidação. O êxito no planejamento exige a clareza dos objetivos a serem alcançados, proporcionando uma fluidez mais eficaz ao processo.

METODOLOGIA

A pesquisa em questão tem como objetivo explorar a relevância da organização e planejamento no ambiente escolar. A abordagem metodológica adotada para a coleta de informações baseou-se em estudos metodológicos realizados em acervos bibliográficos, com leituras realizadas em diferentes fases. A compreensão da metodologia como um conjunto de atividades sistemáticas e racionais, capazes de atingir os objetivos de uma ação específica de maneira segura e eficiente, é essencial. A definição e aplicação da metodologia desempenham um papel fundamental na abordagem e resolução de questões específicas, integrando conhecimentos sobre métodos adequados para solucionar o problema em questão, conforme destacado por Marconi e Lakatos (2008).

No âmbito dos procedimentos metodológicos, realizou-se uma revisão bibliográfica que envolveu a identificação e seleção de obras relevantes sobre a importância da organização e planejamento na escola. A leitura crítica e análise dessas obras permitiram destacar conceitos, abordagens e práticas relacionadas ao tema. Além disso, foram conduzidos estudos metodológicos para compreender as abordagens empregadas em pesquisas anteriores, identificando lacunas e oportunidades para contribuir com novas abordagens metodológicas.

No que diz respeito aos conceitos-chave e definições, a metodologia foi compreendida como o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que possibilitam atingir os objetivos de uma ação específica. A diferenciação entre técnica e método foi esclarecida, considerando que a técnica refere-se aos materiais de busca e à base física que auxilia no desenvolvimento de habilidades, enquanto o método é o instrumento que guia o pesquisador para alcançar um resultado específico, envolvendo os passos necessários para atingir um objetivo previamente estabelecido, conforme proposto por Oliveira (2002).

A análise e discussão dos resultados foram conduzidas por meio da síntese das leituras, agrupando e analisando as principais conclusões e conceitos extraídos das fontes

bibliográficas. Adicionalmente, realizou-se uma discussão sobre as contribuições metodológicas identificadas durante a revisão bibliográfica e estudos metodológicos.

Por fim, as conclusões destacaram os principais insights obtidos a partir da revisão bibliográfica e dos estudos metodológicos, enquanto as recomendações sugerem direções para futuras pesquisas e o aprimoramento de metodologias no contexto da importância da organização e planejamento na escola.

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: CONCEITOS E FINALIDADES

O planejamento, como uma prática inerente à condição humana, deve acompanhar todas as fases da existência humana. Ao realizar o planejamento, o indivíduo tem a oportunidade de participar ativamente de sua própria vida, determinando como deseja viver e as ações necessárias para alcançar seus objetivos e atender às suas necessidades. Para tanto, é crucial considerar a garantia da existência material e planejar o desenvolvimento e a execução das ações delineadas.

Desde os primeiros anos de vida, o indivíduo inicia sua relação com o ato de planejar, baseando-se nas experiências cotidianas. O planejamento é uma etapa preliminar de ideação, sendo impossível inverter essa sequência, uma vez que a ação depende, primariamente, de um pensamento prévio para sua efetivação (Vasconcellos, 2002).

Aquele que pratica o planejamento compreende a importância de participar na concepção e discussão de ações cruciais para a organização da vida social. O ato de planejar, portanto, representa uma ação política, uma decisão intencional envolvendo a elaboração ou programação de ações que, consolidadas em um plano ou projeto, exigem do indivíduo uma postura objetiva e subjetiva em relação à realidade na qual está inserido.

De acordo com Piletti (1990), o ato de planejar é essencialmente um estudo, envolvendo uma postura séria diante de um problema. Isso implica em refletir e ponderar para selecionar as melhores alternativas de ações, as quais visam alcançar objetivos determinados pela realidade circunstancial.

No entanto, a autora destaca que, em certos casos, o planejamento de ensino pode se desvincular da realidade social, transformando-se em uma prática mecânica e burocrática por parte dos professores. Isso contribui minimamente para a melhoria da qualidade das ações pedagógicas desenvolvidas na escola (Lopes, 1991).

Hurtado e Guillermo (1988) definem o planejamento de ensino como uma ação que emerge da realidade do educando, proporcionando ao professor a previsão, racionalização, orientação, organização, melhoria e adequação dos conteúdos às necessidades do processo de ensino-aprendizagem. Essa abordagem visa tornar o processo eficiente, significativo e avaliável.

Para Markes (1973) e Martinez e Lahore (1977), o planejamento é crucial para definir resultados, antecipando o que se deseja alcançar em um determinado período, com recursos materiais e humanos específicos, por meio de procedimentos, estratégias e técnicas. Esse mecanismo permite ao professor estabelecer objetivos, prever o tempo de execução de tarefas e avaliar todo o processo, destacando a importância de atender às necessidades sociais dos alunos.

Entendemos o planejamento como um conjunto coordenado e organizado de ações que buscam atingir objetivos específicos. Trata-se de uma previsão do que se pretende realizar, podendo ser criado, executado e ajustado ao longo do tempo, sempre fundamentado na realidade local.

Lopes (1991) argumenta que o planejamento participativo promove a interação efetiva entre a escola e a realidade social, envolvendo professores, alunos, pais, especialistas e outros atores nesse processo. Essa participação contribui para a produção de conhecimentos, levando em consideração a realidade histórica das pessoas. O professor desempenha um papel comprometido e consciente, visando um processo educativo transformador para a realidade local.

Damis (1996) enfatiza que o planejamento ocorre em um duplo sentido, partindo da sociedade para a escola e vice-versa. Esse processo pode ser visto como um meio conservador e transformador da escola e da sociedade, onde a prática reflexiva muitas vezes supera a função capitalista da instituição social. O projeto político pedagógico, segundo Damis, deve considerar não apenas a definição de objetivos e estratégias, mas também a compreensão crítica da relação entre os elementos, incluindo necessidades materiais, políticas e ideológicas, como parte integrante da totalidade da educação escolar.

Baecker et al. (1997) complementam que a elaboração do planejamento deve levar em consideração as concepções de sociedade, homem e educação. A sociedade é vista como o meio no qual o homem está inserido, sendo também um construtor dessa sociedade. Portanto, as regras e normas que a compõem podem ser objeto de reflexão e reconstrução

pelos seres humanos para atender às necessidades sociais. Essa abordagem deve se refletir no planejamento educacional.

Por fim, Libâneo (1994) destaca que a expectativa em relação ao planejamento escolar, quando concebido, adotado e aplicado no cotidiano, com a execução das atividades planejadas, propicia a ressurgência dos princípios estabelecidos pela prática pedagógica, caracterizada por uma contínua ação-reflexão-ação. Nesse contexto, o planejamento escolar requer uma reflexão sobre as atitudes correspondentes.

O desafio do planejamento envolve a necessidade de tempo para atender às expectativas do que os alunos desejam saber e aprender. Dessa forma, pode-se definir o planejamento como uma ferramenta de trabalho do professor, refletindo os conhecimentos, as práticas pedagógicas e os elementos distintivos de cada escola. Através desse processo, os professores alcançam resultados satisfatórios em sua prática pedagógica.

O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A história do planejamento educacional no Brasil está intrinsecamente ligada à concepção de planos elaborados sem a devida participação da sociedade. Desde a Constituição Federal de 1934, que atribuiu à União a responsabilidade pela elaboração do Plano Nacional de Educação, a discussão sobre essa elaboração ficou sob a tutela do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 1934).

2015

O Planejamento Educacional no contexto das Políticas Públicas fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). Com base nas disposições da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), que garantem a todos o direito à educação, é crucial destacar que a gestão participativa encontra respaldo nessas legislações. Nesse contexto, enfatiza-se a importância da participação do gestor, corpo docente e comunidade para o crescimento da instituição escolar.

A Constituição Federal de 1988 assegura os direitos relacionados à educação e destaca a participação da família no desenvolvimento da escola. Conforme estabelecido no Artigo 205, a educação é reconhecida como um direito fundamental: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988, p. 123).

O exame da trajetória do planejamento educacional no Brasil é, simultaneamente, uma reflexão sobre a batalha pela participação, pela liberdade de planejar e agir. Salerno (2007, p. 103) alerta para a necessidade de conceber o planejamento como um ato de liberdade, entendendo-a como uma liberdade "qualitativa, que só existe em relação a compromissos qualitativamente definidos" (Salemo, 2007, p. 106).

No âmbito das políticas públicas, o termo "política" é considerado uma construção político-social, resultante das ações humanas interessadas (Gomes, 2011, p. 22). As políticas públicas, fruto de debates que visam cobrar do Estado sua responsabilidade na garantia dos direitos sociais, são percebidas por vários autores (Azevedo, 1997; Gomes, 2011; Santos, 2011) como um espaço de aprendizado democrático e de modificação da realidade social através da participação ativa da sociedade.

Azevedo (1997, p. 59) define política educacional como um "programa de ações construídas também para atender objetivos e decisões políticas que se realiza por meio do Estado e se materializa nos espaços educacionais." A autora destaca que as políticas públicas educacionais, representadas por legislações, programas e projetos, são apresentadas como espaços de disputa e que o planejamento é o caminho para a concretização dessas políticas.

Bruel (2012) propõe três níveis de planejamento presentes na ação educativa: planejamento educacional, escolar e de ensino. Este artigo se concentra no planejamento educacional como política pública, influenciado pelos entes federados, destinado à organização ampla e integrada da educação. No entanto, é crucial observar que apenas o planejamento não garante a representação da sociedade e muitas vezes serve apenas a propósitos burocráticos, acentuando a desigualdade social.

O planejamento sempre foi palco de conflitos devido a disputas de projetos divergentes, cujos objetivos e interesses refletem visões diversas sobre a organização da política educacional (Dourado, 2011). Muitas vezes, a sociedade, por diversos motivos, participa indiretamente, limitando sua capacidade de agir de forma crítica, o que acaba por consentir legitimamente práticas questionáveis.

Calazans (2003, p. 15) destaca que os planejadores frequentemente servem ao Estado, reforçando interesses particulares e buscando consenso e legitimidade. O autor argumenta que o Estado, por deter os meios de implementação da política educacional, exerce uma forte influência sobre o planejamento.

Ao analisar o planejamento educacional no Brasil, é crucial questionar o papel do Estado ao longo da história, considerando suas relações com os interesses políticos e econômicos. Saviani (2010) destaca a relação entre o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Sistema Nacional de Educação (SNE). Segundo o autor, o PNE tornou-se uma tentativa de organizar a educação como um sistema, articulando vários elementos necessários para a execução das políticas educacionais brasileiras.

No entanto, a implantação efetiva do SNE é dificultada pelo autoritarismo estatal no tratamento da educação, obstáculos filosófico-ideológicos e a desigualdade inerente à sociedade capitalista (CURY, 2009). Apesar de ser uma demanda histórica, a não concretização do SNE ocorre pela impossibilidade de existir sem a autonomia dos entes federados.

O autor Bordignon (2009) propõe uma trilogia envolvendo o Sistema Nacional de Educação, Conselhos de Educação e Plano Nacional de Educação para organizar a educação brasileira. Nesse contexto, o PNE orienta a política educacional, fornecendo metas e estratégias, enquanto os Conselhos de Educação garantem o direito à educação, e o SNE busca articular os entes federados na gestão dessa garantia.

Em suma, o planejamento educacional no Brasil não apenas reflete uma busca de organização pedagógica, mas também é uma arena de poder e luta social. A criação de um Sistema Nacional de Educação é um desafio complexo, pois exige conciliação entre interesses diversos e a busca pela autonomia dos entes federados. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para uma abordagem crítica e eficaz do planejamento educacional no contexto das políticas públicas.

2017

O PLANEJAMENTO EFICAZ NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

O planejamento estabelece diversas conexões e confere estabilidade aos elementos envolvidos no processo integral de construção do conhecimento. Assim, pode-se afirmar que é uma tarefa complexa que demanda a realização de inúmeras atividades para ser conduzida com êxito, incluindo a busca por qualificação contínua e o trabalho individual ou coletivo dos educadores.

Nesse sentido, a escola requer que o educador assuma verdadeira responsabilidade pelo trabalho que realiza, utilizando sua criatividade e sabedoria para estimular os alunos na busca pelo conhecimento (Moran, 2007).

Para efetivar um planejamento escolar, é crucial compreender todos os elementos que o orientam, incluindo seus fundamentos, metas, objetivos e estratégias. Professores que organizam seu planejamento diário de maneira estruturada buscam aprimorar seu trabalho, ampliando as oportunidades de exploração dos recursos disponíveis e facilitando a integração entre teoria e prática cotidiana.

Gandin (1995) ressalta que o planejamento é um processo que visa equilibrar o progresso do funcionamento educacional, comprometendo-se não apenas a acertar em um único momento, mas a cada dia, considerando a multiplicidade e dinamismo do aprendizado, diretamente ligado às diferentes características de cada período histórico-social.

Vasconcellos (2006) complementa, destacando que a história da educação escolar e o planejamento estão intrinsecamente ligados ao contexto sociopolítico, econômico e cultural. Consequentemente, distintas concepções sobre a arte do planejamento guiam os educadores. Os planos de preparação do planejamento na prática pedagógica estão se tornando mais direcionados aos detalhes, tornando-se mais complexos e, simultaneamente, mais abrangentes no cenário educacional diário.

Não se pode conceber um planejamento acabado e definitivo; o planejamento eficaz precisa ser flexível, simulando uma abordagem adequada à realidade de cada turma. Isso favorece a adaptação a diferentes situações existentes no contexto escolar.

2018

Nesse contexto, é possível afirmar que o professor, ao aspirar desenvolver uma boa prática docente, compreende a importância do planejamento e das relações entre os conteúdos propostos, as estratégias utilizadas e o processo de construção da aprendizagem (Vasconcellos (2006)).

Portanto, um planejamento bem estruturado, disponível e flexível proporcionará segurança para que os professores criem situações reais de construção de conhecimento para seus alunos. Essa prática é parte de um processo em constante evolução, envolvendo a preparação, a execução e o acompanhamento de cada aula ministrada.

Vasconcellos (2006) destaca a necessidade de tempo disponível para revisar e avaliar o que foi desenvolvido em aula, revisando as diferentes situações de aprendizado propostas e continuando o trabalho elaborado a partir delas. Esse processo se desenvolve por meio da observação da sequência didática, favorecendo o aprendizado dos alunos e complementando a prática pedagógica do professor. Isso destaca por que o planejamento é repleto de boas práticas fundamentadas em teorias adequadas ao processo educacional

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que a educação é um direito subjetivo de todo cidadão, incorporando outros direitos, como os sociais, políticos e econômicos, e desempenhando um papel crucial no fortalecimento da democracia. Para promover a equidade e qualidade em todo o país, é essencial reconhecer a necessidade de planejar a educação de maneira dinâmica, respeitando as peculiaridades locais e sociais.

O ato de planejar revela-se fundamental nas atividades humanas intencionadas, sendo impossível atingir eficiência sem ele. Para garantir sua eficácia, é imprescindível uma avaliação constante, por meio da prática da ação-reflexão-ação, identificando possíveis obstáculos e intervindo quando necessário. A transformação dentro das instituições de ensino demanda um planejamento presente para colher os melhores frutos no futuro.

A avaliação contínua do processo é crucial para identificar potenciais impedimentos ao desenvolvimento, permitindo ajustar estratégias e alcançar os resultados desejados. A melhoria da qualidade do ensino e da educação contribui diretamente para a construção da cidadania, um direito fundamental para todos os estudantes. Uma educação de qualidade, que proporciona aprendizagem significativa, enriquece a todos, destacando a importância do planejamento diário como base para todas as atividades a serem realizadas.

2019

A organização das ações escolares por meio de um planejamento bem elaborado reflete a qualidade do ensino, pois uma educação voltada para o desenvolvimento pleno, integral e competente da cidadania é um direito universal. O ato de planejar não apenas transforma o ambiente em que é aplicado, mas também se configura como uma ferramenta essencial para aprimorar as habilidades do professor e promover uma educação de excelência.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A educação como política pública. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1997.

BAECKER, Ingrid Mariane et al. Projeto construindo um planejamento para disciplina Educação Física. In: Anais do X Congresso Brasileiro de Ciência doEsporte. Renovações, modismo e interesse do CBCE, Goiânia-GO, 1997. p. 146-154.

BORDIGNON, Genuíno. Sistema Nacional Articulado de Educação: o papel dos Conselhos de Educação. Brasília: CNE, 2009.

BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. Políticas e legislação da educação básica no Brasil. Curitiba: InterSaberes, 2012.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Planejamento da educação no Brasil – Novas estratégias em busca de novas concepções. In: KUENZER, Acácia Z; CALAZANS, Maria Julieta Costa; GARCIA, Valter. Planejamento e educação no Brasil. São Paulo. 6ª ed., Cortez, 2003.

CURY, Carlos Alberto Jamil. Os desafios da Construção de um SNE. Brasília: CONAE, 2009. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/jamil_cury.pdf> Acesso em: 13 jan. 2024.

DAMIS, Olga Teixeira. Planejamento escolar: expressão técnico político da sociedade. In: VEIGA, Ilma Passos Alcântara. Didática: o ensino e suas relações. Campinas: Papyrus, 1996.

DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectiva. 2. ed. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOMES, Alfredo Macedo. Políticas públicas, discurso e educação. In: GOMES, Alfredo Macedo (org.). Políticas públicas e gestão da educação. Campinas, São Paulo: Mercado das letras, 2011.

HURTADO, Melcherst; GUILLERMO, Jonhann Gustavo. O ensino da Educação Física, uma abordagem didático metodológica. Porto Alegre: Prodil, 1988. 2020

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo, SP: Cortez, 1994.

LOPES, Antonia Osima. Planejamento do ensino numa perspectiva crítica de educação. In: VEIGA, Ilma Passos Alcântara (Coord). Repensando a didática. Campinas: Papyrus, 1991. p. 41-52.

MARQUES, Juracy C. A aula como processo: um programa de auto ensino. Porto Alegre: Globo, 1979.

MARTINEZ, Maria Josefina; LAHORE, Carlos E. Oliveira. Planejamento escolar. São Paulo: Saraiva, 1977.

MORAN, José Manuel. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papyrus, 2007.

PILETTI, Claudino. Didática geral. São Paulo: Ática, 1990.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, S. G. Tratado de Metodologia Científica: Projetos de Pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertação e Tese. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SALERNO, Soraia Chafic El Kfour. Administração escolar e educacional: planejamento, políticas e gestão. Campinas, SP: Alínea, 2007.

SANTOS, Ana Lúcia Félix dos. Gestãodemocrática da escola: bases epistemológicas, políticas e pedagógicas. In: GOMES, Alfredo Macedo (org.). Políticas públicas e gestão da educação. Campinas, São Paulo: Mercado das letras, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Sistema nacional de educação articulado ao Plano Nacional de Educação. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n.44, p. 380-393, maio/agosto de 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertad, 2006.